

**JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY  
JOURNAL ISSN: 2526-4281 QUALIS B1**



**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA  
CONTEXTUALIZADA**

**REFLEXIONES SOBRE LA ENSEÑANZA  
GRAMÁTICA CONTEXTUALIZADA**

**Dhalilla Ruamma Barros da Silva DIAS**  
Universidade Estadual do Tocantins Unitins  
E-mail: [druamma@gmail.com](mailto:druamma@gmail.com)

**Denyse Mota SILVA**  
Universidade Estadual do Tocantins Unitins  
Universidade Federal do Tocantins UFT  
E-mail: [denyse.ms@unitins.br](mailto:denyse.ms@unitins.br)



## RESUMO

O ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa (LP) tem sido realizado através de frases isoladas ou, algumas vezes, ocorre por meio de textos, mas estes são utilizados apenas como pretexto, o que não ocasiona nenhuma mudança significativa. Diante dessa realidade, o presente artigo visa fazer uma breve discussão acerca do ensino de gramática, objetivando realizar uma reflexão na busca de (re)construir a contextualização na Língua portuguesa, apontando uma abordagem na qual o ensino da gramática é efetivada através de textos e, conseqüentemente, considerando a relevância do contexto. Tal discussão é norteadada pelo seguinte questionamento: “qual a importância de se inserir no ensino de gramática uma abordagem reflexiva e contextualizada e como essa abordagem contribuirá na formação acadêmica e linguística do indivíduo?”. Para tanto, a metodologia a ser adotada será a revisão bibliográfica de natureza qualitativa, pois será feita a coleta de informações que servirão de base para a investigação do tema escolhido sem que haja quantificação de dados, mas tencionando aquisição de mais conhecimentos mediante o problema citado na busca de apontar uma possível solução. O trabalho está fundamentado nos documentos legais da educação – Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998) – e nos estudos de Antunes (2007, 2009 e 2014), Travaglia (2009 e 2017) e Possenti (1996).

**Palavras-chave:** Ensino. Língua Portuguesa. Gramática.

## RESUMEN

La enseñanza de la gramática en las clases de Lengua Portuguesa (LP) se ha realizado a través de frases aisladas o, en ocasiones, a través de textos, pero estos se utilizan sólo como pretexto, lo que no provoca ningún cambio significativo. Ante esta realidad, este artículo pretende hacer una breve discusión sobre la enseñanza de la gramática, con el objetivo de realizar una reflexión en la búsqueda de (re) construir la contextualización en la lengua portuguesa, señalando un enfoque en el que la enseñanza de la gramática se realiza a través de textos y en consecuencia, considerando la relevancia del contexto. Dicha discusión está guiada por la siguiente pregunta: "¿cuál es la importancia de insertar un enfoque reflexivo y contextualizado en la enseñanza de la gramática y cómo este enfoque contribuirá a la formación académica y lingüística del individuo?". Por tanto, la metodología a adoptar será una revisión bibliográfica cualitativa, ya que se recogerá información que servirá de base para la investigación del tema elegido sin cuantificación de datos alguna, pero con la intención de adquirir más conocimientos a través del problema mencionado. en busca de señalar una posible solución. El trabajo se basa en los documentos legales de la educación - Parámetros Curriculares Nacionales de Lengua Portuguesa (1998) - y en los estudios de Antunes (2007, 2009 y 2014), Travaglia (2009 y 2017) y Possenti (1996).

## INTRODUÇÃO

Ao se tratar de língua portuguesa na perspectiva do ensino de gramática, muito se tem questionado sobre as metodologias que os professores têm adotado na sua prática pedagógica, sendo o ensino de gramática de forma tradicional, através de frases soltas e descontextualizado uma prática recorrente. Assim sendo, o presente artigo visa realizar uma reflexão sobre o ensino de gramática: (re)construindo a contextualização na Língua Portuguesa (LP).

É de conhecimento geral que um dos maiores objetivos das instituições de ensino é instruir os estudantes acerca de conteúdos e regras que os tornem leitores/escritores eficientes e para isso, os docentes recorrem a um ensino ineficiente com a alegação de ser a forma mais prática e fácil de seus alunos aprenderem as regras envolvidas na temática, promovendo discussões, pesquisas e estudos com o propósito de um ensino de gramática mais contextualizado.

Para tanto, pretende-se com esse trabalho discutir sobre a necessidade de se inserir, nas aulas de língua portuguesa, uma abordagem reflexiva e contextualizada em relação à gramática da língua e, conseqüentemente, à discussão sobre a sua metodologia de ensino. Correspondente a esse objetivo, tem-se também a intenção de realizar breves considerações e trazer uma abordagem sobre o ensino de Língua Portuguesa; relacionar e conceituar as suas concepções de gramática; trabalhar o ensino da gramática na perspectiva da eficiência e domínio do aluno em suas habilidades linguísticas; e apontar a contextualização como um processo interativo no ensino da Língua Portuguesa.

Assim se justifica a escolha por esse assunto e algumas questões relevantes; qual a importância de se inserir no ensino de gramática uma abordagem reflexiva e contextualizada? Como tem sido realizado o ensino de Língua Portuguesa em junção à gramática? Quais as percepções de gramáticas existentes – “há somente uma única gramática”? Como a gramática, na abordagem textual, contribuirá na formação acadêmica, linguística e social do indivíduo?

Não resta dúvida de que no âmbito escolar, muitas vezes, é perceptível um ensino mecânico e enfadonho da gramática, o qual tem se tornado sem sentido e pouco atrativo aos alunos, provocando resultados pouco satisfatórios e revelando a necessidade de estudos para ampliação de práticas e metodologias capazes de correlacionar a gramática ao texto, contribuindo na formação intelectual e comunicativa, não só da comunidade acadêmica, mas também dos indivíduos em geral.

Deste modo, a escolha metodológica adotada se justifica a partir da pesquisa bibliográfica acerca da temática, de cunho qualitativo, na busca de se ter maior conhecimento em relação à problemática citada anteriormente e, conseqüentemente, buscar possíveis soluções embasado em autores que tratam sobre o tema.

Para a fundamentação teórica do referido trabalho será respaldada por documentos oficiais da educação como PCNS (1998), e por alguns dos mais renomados autores como: Travaglia (2009; 2017), Antunes (2007; 2009; 2014) e Possenti (1996), que discutem o ensino de gramática e a formação do professor de Língua Portuguesa.

Portanto, esse artigo compõe-se de 4 seções: Na primeira, descreve o ensino de língua portuguesa por meio de breves considerações, na segunda são abordadas as concepções de gramática: tipos e evolução, na terceira apresenta o ensino de gramática na perspectiva da eficiência da língua e a quarta faz uma reflexão sobre a contextualização: possibilidades de diálogo e interação.

## **METODOLOGIA**

Neste artigo optou-se por realizar uma pesquisa de natureza bibliográfica a qual corresponde à etapa da seleção de informações e dados que servirão de base para a investigação do tema escolhido a ser discorrido no referente trabalho e abordagem qualitativa, pois possuirá um caráter não mensurável, ou seja, os dados coletados a partir da revisão bibliográfica serão apenas retratados em forma de relato.

Como explanado anteriormente, a pesquisa bibliográfica visa recolher dados para a fundamentação do trabalho, tais dados são coletados, principalmente, em livros e/ou artigos já publicados. Segundo Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (GERHARDT; SILVEIRA *apud* Fonseca, 2002, p. 37).

Em consonância, o artigo apresentará fontes bibliográficas a partir de livros e publicações periódicas, que correspondem aos artigos publicados em revistas. Também será utilizada a abordagem qualitativa com o intuito de observar como tem sido o ensino de gramática atualmente e apontar uma proposta para a realização desse ensino de forma contextualizada. Partindo da ideia de pesquisa qualitativa, Goldenberg (2004) afirma que:

[...] os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenómeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. [...] a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a "descrição densa" dos fenómenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica (GOLDENBERG, 2004, p. 34).

Dessa forma, a abordagem qualitativa não visa apontar números ou quantificar dados, mas sim, tenta explicar o porquê de alguns acontecimentos, baseado na temática escolhida como alvo de investigação. Acerca disso, Gerhardt e Silveira (2009) apontam características desse tipo de abordagem.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 32).

Esses tipos de abordagens têm sido muito utilizados, principalmente a primeira, por conta de ser a que dá veracidade aos fatos discorridos e por possibilitar ao pesquisador a oportunidade de fundamentar seu trabalho de forma mais ampla sem ter que se deslocar em busca de dados presentes em diversas localidades, como Gil (2002) declara:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p. 45).

122

Desse modo, a escolha desses tipos de pesquisa se deu pela necessidade de apropriar de algumas obras que abordam sobre o tema desenvolvido no artigo para apoiar as informações explanadas e também por não objetivar quantificações de dados, mas sim compreender mais sobre a temática e descrever uma nova abordagem metodológica para o ensino de gramática.

## **ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: BREVES CONSIDERAÇÕES**

O ensino de Língua Portuguesa (LP) para os nativos dessa língua tem causado dúvidas frequentes quanto ao “o que, para que e como ensinar” e isso tem aberto várias discussões e estudos na busca de respostas para tais questionamentos. Segundo os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (PCNLP).

[...] língua é um sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender a língua é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas apreender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (BRASIL, 1998, p. 20).

Dessa forma, pode-se entender que o ensino de Língua Portuguesa visa o desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento da competência comunicativa dos indivíduos, pois ela “é a criação de sentido, encarnação de significação e, como tal, ela dá origem à comunicação” (LEITE, 2002, p. 22). Considerando a ideia de comunicação vale ressaltar a importância do estudo por meio de textos para a formação da competência linguística, pois estes correspondem ao conjunto de palavras/frases que possuem sentido completo, oportunizando aos interlocutores a compreensão e interpretação ocasionando, como resultado, a conversação.

Segundo Travaglia (2009) à vista disso:

O **texto** será entendido como uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão (TRAVAGLIA, 2009, p. 67).

Outro aspecto que tem sido muito observado é o estudo da gramática nas aulas de LP, uma vez que essa vertente é a responsável em abordar a estrutura da língua, apontando suas regras e seu padrão. Sobre gramática, o autor Sírio Possenti (2002) aponta três conceitos:

1. No sentido mais comum, o termo *gramática* designa um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem “falar e escrever corretamente” [...].
2. Gramática é um conjunto de regras que um cientista dedicado ao estudo de fatos da língua encontra nos dados que analisa a partir de uma certa teoria e de um certo método [...].
3. A palavra gramática designa um conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e do qual lança mão de falar [...] (POSSENTI, 2002, p. 47).

A propósito dessas informações pode-se notar que as vertentes (língua, texto e gramática) estão ligadas, e por esse motivo, entende-se que não devem, nas aulas de Língua Portuguesa, serem estudadas de forma separada. Para que o ensino de ambas as vertentes tenha total eficácia, os professores de Língua Portuguesa devem buscar meios de reuni-las, de maneira que uma dê suporte à outra, pois, segundo o PCNLP (1998):

Ainda que didaticamente seja necessário realizar recortes e descolamentos para melhor compreender o funcionamento da linguagem, é fato que a observação e análise de um aspecto demandam o exercício constante de articulação com os demais aspectos envolvidos no processo. Ao invés de organizar o ensino em unidades formatadas em texto, tópicos de gramática e redação, fechadas em si mesmas de maneira desarticulada, as atividades propostas no ambiente escolar devem considerar as especificidades de cada uma das práticas de linguagem em função da articulação que estabelecem entre si (BRASIL, 1998, p. 36).

Dessa maneira, ao observar as aulas de Língua Portuguesa, é possível notar que estas têm divergido das orientações do PCNLP, pois não seguem a ideologia de que cada vertente, ainda que trabalhada em sua particularidade, deve estar unida às demais, para que o ensino seja mais eficiente.

Sob tal enfoque, por mais que os documentos legais abordem como se deve ou não ser realizado esse ensino e mesmo com a notória necessidade de uma abordagem mais reflexiva, os educadores continuam usando a metodologia “tradicional”, realizando-o por meio de frases isoladas e fora de contexto, o que muitas vezes faz com que os estudantes não aprendam de fato, apenas decorem. Essa prática, como demonstra os PCN’s (1998):

[...] tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano – uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia (BRASIL, 1998, p. 28).

Em outras palavras, essa prática tende a ensinar somente a gramática prescritiva, tendo em vista apenas a identificação e classificação de categorias dos elementos que a compõe, cogitando seu uso apenas para responder aos trabalhos escolares, vestibulares, concursos, os quais “se compunham de questões à volta de palavras ou frases” (ANTUNES, 2014, p. 80), o que não acarretará ao aluno a possibilidade de melhorar sua comunicação, exteriorizar seu pensamento por meio de argumentos consideráveis e, conseqüentemente, posicionar-se de forma crítica e consciente. É inegável, então, o uso do texto nesse processo, pois, segundo os PCNLP (1998):

Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada (BRASIL, 1998, p. 24).

É claramente visto que os discentes aprendem a nomenclatura, análise sintática/morfológica, classificação, etc., mas não são instruídos a fazer algumas reflexões acerca do supracitado, como: o motivo de se ter usado determinado tempo verbal; por que foi usado um adverbio de tempo e não um de modo; qual efeito determinada pontuação desempenha no texto; por que certa palavra em um texto é substantivo e em outra desempenha outra função; e assim por diante. Ou seja, o estudo dos elementos isolados não auxiliará de forma totalmente proveitosa para a compreensão do texto. Antunes (2014) ainda afirma que

Uma frase é apenas uma hipótese de uso ou, melhor dizendo, é apenas parte de uma hipótese de uso. Pode prestar-se para a exemplificação de determinados conteúdos, mas a escola quer mais; a participação das pessoas na vida da sociedade exige mais: querem o desenvolvimento de habilidades e competências comunicativas que apenas se efetivam em textos, de diferentes gêneros e funções, expressos ou impressos numa multiplicidade de suportes que, inclusivamente, a tecnologia hoje disponibiliza (ANTUNES, 2014, p. 86).

Assim, a abordagem tradicionalista que tem sido utilizada ao longo dos anos deve ser repensada e modificada, pretendendo não somente seguir as orientações dos PCN's, mas refletindo a melhoria de ensino e, por conseguinte, um avanço útil à linguagem dos discentes.

De acordo com os estudos de Travaglia (2017), nota-se a existência da “pluralidade gramatical” o que dá a perceber que os profissionais de letras devem estar aptos a trabalharem essa pluralidade. Ele declara que ao se ensinar língua materna deve-se pensar em alguns pontos, como:

[...] c) a questão do ensino de gramática ser feito sempre como algo desvinculado do ensino do vocabulário e de produção/compreensão de textos; d) a própria concepção que se tem de linguagem, de gramática e de texto; e) a inter-relação entre esses elementos na constituição da ação do ensino/aprendizagem em sala de aula (TRAVAGLIA, 2017, p. 40).

A partir dos pontos elencados pelo referido autor, constata-se a notoriedade do texto nas aulas de Língua Portuguesa. A comunicação é efetivada por meio dele e a gramática, nesse sentido, corresponde a um conjunto de elementos significativos para a padronização e construção de sentido desse texto.

Para a proposta de abordagem contextualizada para o ensino de gramática contextualizada nas aulas de Língua Portuguesa, é oportuno reproduzir alguns aspectos elencados por Antunes (2014) que podem auxiliar no trabalho da gramática dentro do texto.

- A quem se referem as expressões designadoras de pessoa, ou aquelas indicadoras de tempo e lugar (as conhecidas expressões dêiticas);
- Os recursos léxico-gramaticais utilizados para assegurar a continuidade referencial do texto;
- A seleção dos artigos;
- A adequação de um ou outro tipo de modalização;
- A conveniência de se optar por um pronome, por uma elipse ou por uma expressão referencial com núcleo lexical;
- As eventuais mudanças na sequência cônica dos membros da frase;
- As relações causais ou outras relações lógico-discursivas que podem ser expressas com ou sem o uso das conjunções;
- Os diferentes recursos léxico-gramaticais com que se promove a coesão do texto, inclusivamente a repetição de palavras;
- A relevância e a consistência do que é dito ou a sua coerência semântico-pragmática (ANTUNES, 2014, p. 82).

Dessa maneira, o ensino dos aspectos gramaticais da língua vinculado à variedade textual ocasionará a compreensão e a relevância de aprender esses conteúdos por parte dos estudantes, além do aprimoramento no uso da comunicação, pois com o uso de frases isoladas não é possível adquirir conhecimentos sobre as intenções comunicativas e de sentido que as categorias gramaticais englobam, somente com o uso do texto poderá ocorrer essa possibilidade de ensino efetivo.

### **Concepções de Gramática: Tipos e Evolução**

O estudo da gramática se deu inicialmente com os gregos por conta da sua preocupação em manter a língua clássica – sendo vista como a identidade de seu povo – uma vez que tinham receio que a língua popular afetasse àquela e, conseqüentemente, viesse a modificá-la. Segundo Bagno (2007):

Quando o estudo da gramática surgiu, no entanto, na Antigüidade clássica, seu objetivo declarado era investigar as regras da língua escrita para poder preservar as formas consideradas mais “corretas” e “elegantes” da língua literária. Aliás, a palavra gramática, em grego, significa exatamente “a arte de escrever” (BAGNO, 2007, p. 56).

Nesse sentido, o termo “gramática” – que corresponde ao estabelecimento das regras que são capazes de igualar a linguagem de um povo – vem ganhando novas definições e os seus estudos vêm se aperfeiçoando no decorrer do tempo sem perder sua essência, seu objetivo inicial, pois assim como nos primórdios os gregos se apropriaram do estudo da gramática com o intuito de preservar sua língua; no Brasil a língua materna também é superestimada, considerada como a identificação de um povo, como afirma Antunes (2009):

[...] *língua, cultura, identidade, povo*; na verdade, todas irremediavelmente indissociáveis. O povo tem uma *identidade*, que resulta dos traços manifestados em sua *cultura*, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da *linguagem verbal* (ANTUNES, 2009, p. 19).

Compreende-se assim o valor incontestável em se ter conhecimento da gramática, uma vez que ela é a responsável em estabelecer um padrão, regras e normatiza o uso da Língua Portuguesa, não sendo uma língua morta e passando por muitas modificações ao longo do tempo como diversas outras línguas. Segundo Possenti (1996):

Ora, o que ocorreu com o latim não ocorreu por castigo ou por azar. Ocorreu com outras línguas, como o alemão, o inglês, o grego, o português. Na verdade, com todas as línguas. E continua ocorrendo. Não há língua que permaneça uniforme. Todas as línguas mudam. Esta é uma das poucas verdades

indiscutíveis em relação às línguas, sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida (POSSENTI, 1996. p. 35).

Partindo dessas informações, um dos objetivos do ensino de gramática nas aulas de LP é justamente ensinar aos estudantes todas as regras para o uso da linguagem padrão, “ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.” (POSSENTI, 1996, p. 13). Para isso os professores apoiam-se no ensino da “gramática normativa”, porém é oportuno lembrar que essa não é a única gramática existente. Travaglia (2009) discute os conceitos de gramática e aponta em seu livro: “Gramática e Interação: Uma Proposta para o Ensino de Gramática” onze tipos de gramática, sendo as mais conhecidas:

- 1) A **gramática normativa**, que é aquele que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. [...] a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a **correta** utilização oral e escrita do idioma [...].
- 2) A **gramática descritiva** é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, os modos e as condições de uso dos mesmos [...].
- 3) A **gramática internalizada** ou **competência linguística internalizada do falante** é o próprio “mecanismo”, o conjunto de regras que é dominado pelos falantes que lhes permite o uso normal da língua (cf. Perini, 1976: 20 e 22) [...] (TRAVAGLIA, 2009. p. 30-33).

127

Além desses três tipos, o autor apresenta mais três relacionados à estrutura e aos mecanismos de funcionamento da língua.

- 4) A **Gramática implícita**, que é a competência linguística internalizada do falante (incluindo os elementos – unidades, regras e princípios) – de todos os níveis de constituição e funcionamento da língua [...] e que seria implícita, porque o falante não tem a consciência dela apesar de ela estar em sua “mente” e permitir que ele utilize a língua automaticamente, quando dela necessita para qualquer fim, em situações específicas de interação comunicativa [...].
- 5) A **gramática explícita** ou **teórica** é representada por todos os estudos linguísticos que buscam, por meio de uma atividade metalinguística sobre a língua, explicitar sua estrutura constituição e funcionamento [...].
- 6) A **gramática reflexiva** é a gramática em explicitações. Esse conceito se refere mais ao processo do que aos resultados: representa as atividades de observação e reflexão sobre a língua que buscam detectar, levantar suas unidades, regras e princípios, ou seja, a constituição e funcionamento da língua [...]. (TRAVAGLIA, 2009. p. 33).

Os cinco últimos tipos de gramáticas apontados possuem definição a partir dos seus objetos de estudo e seus objetivos de ensino. Vale ressaltar que os tipos 7, 8 e 9 são de caráter sincrônico e 10 e 11, diacrônico.

- 7) **Gramática contrastiva** ou **transferencial** é “a que descreve duas línguas ao mesmo tempo, mostrando como os padrões de uma podem ser esperados na outra. É muito usado no ensino de línguas, pois define a natureza das dificuldades, permitindo ao professor selecioná-las ou diminuí-las” (Borba, 1971:80) [...].
- 8) **Gramática geral** é a que “compara o maior número possível de línguas, com o fim de reconhecer todos os fatos linguísticos realizáveis e as condições em que se realizarão...” (Borba, 1971:81) [...].
- 9) **Gramática universal** é uma “gramática de base comparativa que procura descrever e classificar todos os fatos observados e realizados universalmente” (Todorov e Ducrot, 1978, p. 15). [...] Nem sempre se faz distinção entre gramática geral e universal [...].
- 10) **Gramática histórica** é a que estuda uma sequência de fases evolutivas de um idioma (Bechara, 1968). É aquela que estuda a origem e evolução de uma língua, acompanhando-lhe as fases desde o seu aparecimento até o momento atual [...].
- 11) **Gramática comparada** é a que estuda uma sequência de fases evolutivas de várias línguas normalmente buscando encontrar pontos comuns [...]. (TRAVAGLIA, 2009, pp. 35-36). (Grifo do autor)

Por meio dessas informações é possível entender como a língua é padronizada. O acordo ortográfico da Língua Portuguesa é o responsável em estabelecer as regras das gramáticas reportadas à cima com o intuito de unificar a ortografia da mesma.

Como citado anteriormente, a gramática ensinada nas escolas é a normativa, realizada mediante o ensino prescritivo, o qual, segundo Travaglia (2009, p. 38) “objetiva levar o aluno a substituir seus próprios padrões de atividade linguística considerados errados/inaceitáveis por outros considerados corretos/aceitáveis. É, portanto, um ensino que interfere com as habilidades linguísticas existentes.” Para Travaglia (2009, p. 40), esse tipo de ensino não tem alcançado o objetivo de tornar os alunos satisfatoriamente competentes no que diz respeito ao uso da variedade culta e também escrita da língua. Assim, o autor destaca dois outros tipos de ensino:

O ensino **descritivo** objetiva mostrar como a linguagem funciona e como determinada língua em particular funciona. Fala de habilidades já adquiridas sem procurar alterá-las, porém mostrando como podem ser utilizadas. [...] O ensino **produtivo** objetiva ensinar novas habilidades linguísticas. Quer ajudar o aluno a estender o uso de sua língua materna de maneira mais eficiente (TRAVAGLIA, 2009, p. 39).

De acordo como o supracitado, entende-se que o ensino descritivo e produtivo está ligado à gramática normativa, assim como à gramática descritiva e à internalizada, as quais, pensando no aprimoramento comunicativo do indivíduo, são as mais produtivas. Como corrobora Travaglia (2009, p. 40) esses dois últimos são muito proveitosos, porém com a supervalorização do prescritivo os mesmos não têm sido trabalhados nas aulas de língua materna, afetando a negativamente o conhecimento linguístico e a competência comunicativa.

## O ENSINO DA GRAMÁTICA NA PERSPECTIVA DA EFICIÊNCIA DA LÍNGUA

No que concerne ao ensino de Língua Portuguesa nas escolas logo surge à dúvida: “para que ensinar Língua Portuguesa a falantes nativos do português?”. A escola tem papel fundamental na vida do indivíduo, pois é responsável não só em instruir na formação intelectual dos estudantes, mas também auxiliar no desenvolvimento da habilidade discursiva, compreendendo e participando ativamente na sociedade de forma crítica. Ademais e corroborando com essa ideia o PCNLP (1998) afirma que:

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (BRASIL, PCN's, 1998, p. 27).

Nesse sentido o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa deve visar não só o ensino de regras, normas, nomenclaturas – fonemas, morfossintaxe, períodos, orações, etc. – mas também a relevância desses aspectos para a produção da comunicação, pois para que ela seja realizada é necessário que haja efeito de sentido entre os interlocutores (falante/ouvinte). Na visão de Travaglia (2017):

Alguém será um bom usuário da língua quando souber usar de modo adequado os recursos da língua para a construção/constituição de textos apropriados para atingir um objetivo comunicativo dentro de uma situação específica de interação comunicativa, pois o que é adequado para o uso em uma situação pode não ser em outra situação (TRAVAGLIA, 2017, p. 20).

Pensando na gramática normativa e descritiva, as quais são as mais utilizadas nas instituições de ensino, deve-se ensinar as respectivas normas de forma mais abrangente, pensando nos mais variados contextos e situações em que uma só norma possa se adequar. Desse modo, deve-se realizar esse ensino visando à educação linguística dos alunos e oportunizando o conhecimento dos diversos recursos linguísticos capazes de instruí-los na produção de textos variados para as mais diversas situações de comunicação. Mas o que seria então essa “educação linguística”? Segundo Travaglia (2017)

A **educação linguística** deve ser entendida como um conjunto de atividades de ensino/aprendizagem, formais ou informais, que levam uma pessoa a conhecer o maior número de recursos da sua língua e a ser capaz de usar tais recursos de maneira adequada para produzir textos a serem usados em situações específicas

de interação comunicativa para produzir efeito(s) de sentido pretendido(s) (TRAVAGLIA, 2017, p. 22)

A partir da declaração do autor, compreende-se o papel inquestionável da escola na formação linguística e também social dos indivíduos, devendo delinear o ensino e, sem dúvidas, considerando tanto o que ainda deve ser ensinado, quanto o conhecimento que o aluno já possui. Tal constatação aproxima-se do que afirma Possenti (1996) discute e propõe

Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua (POSSENTI, 1996, p. 16).

O indivíduo já ingressa na escola com experiência linguística, cabendo ao professor conciliar esse conhecimento intuitivo ao conhecimento da língua padrão. Nessa perspectiva é conveniente recordar a gramática internalizada (2.2 – *Concepções de Gramática: tipos e evolução*), pois os discentes possuem a capacidade de dominar algumas regras da modalidade oral, eles têm discernimento de gramática. Contudo, deve-se dar importância às variações e dialetos dessa modalidade. Esse pensamento foi também observado no estudo de Pessoa (2015):

Neste aspecto pode-se dizer que, saber gramática, então, não dependeria, em princípio, de escolarização ou de aprendizado sistemático, mas do amadurecimento progressivo, na prática da atividade linguística, o uso no seu dia a dia, nesse sentido é possível afirmar que não há “erro” linguístico, mas há a inadequação da variedade linguística, utilizada em uma determinada situação de interação comunicativa (PESSOA, 2015, p. 7).

Então, nota-se que os professores de Língua Portuguesa devem adequar o ensino de gramática para o aprimoramento da conversação de seus alunos, salientando a existência da variação linguística, pois “a Língua Portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades. O aluno, ao entrar na escola, já sabe pelo menos uma dessas variedades – aquela que aprendeu pelo fato de estar inserido em uma comunidade de falantes” (PCNLP, 1998, p. 81).

Para Travaglia (2009)

[...] se se acredita que em diferentes tipos de situação tem-se ou deve-se usar a língua de modos variados, não há por que, ao realizar as atividades de ensino/aprendizagem da língua materna, insistir no trabalho apenas com uma das variedades da norma culta, discutindo apenas suas características e buscando apenas o seu domínio em detrimento das outras formas de uso da língua que podem ser mais adequadas em determinadas situações (TRAVAGLIA, 2009, p. 41).

Com efeito, o estudo das variações que há na Língua Portuguesa junto ao ensino de gramática a partir de uma abordagem contextualizada irá contribuir significativamente no

domínio da habilidade linguística dos estudantes, uma vez que, a partir desse estudo terá contato não só com as regras gramaticais, mas também com a variedade de textos e de linguagem, conseguindo adequar sua argumentação aos diferentes contextos formais e/ou informais.

Em face da realidade, os estudos voltados ao aprimoramento linguístico explanam sobre a necessidade em se romper com os paradigmas de considerar essas variedades como erro e julgar apenas a “norma padrão” como correta, como “cultura”.

[...] cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de outra forma de falar, o dialeto padrão, sem que signifique a depreciação da forma de falar predominantemente em sua família; em seu grupo social, etc. (GERALDI, 2002, p. 44).

Sob esse viés, os estudantes se tornarão falantes eficientes ao apropriarem-se tanto do conhecimento da variação quanto do gramatical e textual. E se tratando dos exercícios realizados nas aulas de Língua Portuguesa, pensando na ideia de que “aprende-se comunicar-se, comunicando-se”, deve estar o de prática interativa, como discorre Possenti (1996):

[...] poderíamos enunciar uma espécie de lei, que seria: *não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas*. Observemos como essa afirmação fica quase óbvia se pensarmos em como uma criança aprende a falar com os adultos com quem convive e com seus colegas de brinquedo e de interação em geral. O domínio de uma língua, repito, é o resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas (POSSENTI, 1996, p. 24)

131

Compreende-se, portanto, que o ensino da gramática contextualizada, mesmo em estudos alternativos como é o caso das variações da língua padrão, ocasionará aos educandos a possibilidade de elevar sua competência linguística, capacitando-se a usar a oralidade de forma adequada em todas as situações comunicacionais, e assim agir socialmente compreendendo a pertinência da construção textual por meio do entendimento dos elementos que o constitui.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO: POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO**

Ao se tratar de “gramática contextualizada” logo se conclui que é o ensino das normas gramaticais por meio dos mais variados textos. A princípio simples, porém, o que tem ocorrido com bastante frequência é o uso dos textos como “pretexto” para a realização dessa proposta pedagógica, acreditando efetivar um ensino de gramática contextualizado.

Mesmo com o apoio do texto o ensino tem ocorrido da mesma forma tradicionalista: algumas partes (termos ou frases) têm sido isoladas e trabalhadas como se fossem partes externas ao texto em questão. Como caracteriza e nos chama atenção Antunes (2014),

O termo “gramática contextualizada” veio, assim, como uma espécie de acordo: a gente recorre ao texto, mas garantindo a manutenção dos mesmos programas e dos mesmos procedimentos de estudo da gramática. Grande parte dos livros didáticos – mesmo alguns dos mais atuais – ainda se pautam por esse critério (ANTUNES, 2014, p. 42).

Compreende-se assim que o texto tem sido utilizado para ensinar gramática, no entanto não é usado da forma adequada, pois mesmo com seu uso, o ensino continua desarticulado, não ocorrendo resultados suficientes no âmbito interacionista. Com efeito, o texto deve ser a base para o ensino de gramática, pois, “[...] não há como fugir à demanda de eleger o texto e seus componentes como O objeto de estudo. A gramática – não esqueçamos – é um desses componentes. Apenas UM” (ANTUNES, 2014, p. 43).

A propósito dessas informações o componente (gramática) deve estar em conciliação ao seu objeto de ensino, visando instruir aos estudantes não somente algumas classificações como no ensino de frases isoladas, mas sim a compreensão do texto estudado, quais funções esses componentes exercem para o sentido desse texto. Portanto, a gramática contextualizada, segundo Antunes (2014)

Seria uma perspectiva de estudo dos fenômenos gramaticais, ou uma estratégia de exploração do componente gramatical do texto, tomando, como referência de seus valores e funções, os efeitos que esses fenômenos provocam nos diversos usos da fala e da escrita. [...] Gramática contextualizada é a gramática a serviço dos sentidos e das intenções que se queira manifestar num evento verbal, com vistas a uma interação qualquer (ANTUNES, 2014, pp. 46, 47).

132

Diante do conceito proposto, é notória a relevância do estudo da gramática de forma verdadeiramente contextualizada, tencionando a compreensão de todos os seus componentes dentro do texto e de acordo com determinado contexto. Quanto a isso, Antunes reitera (2007):

A proposta, portanto, é que o texto seja analisado: no seu gênero, na sua função, nas suas estratégias de composição, na sua distribuição de informação, no seu grau de informatividade, nas suas remissões intertextuais, nos seus recursos de coesão, no estabelecimento de sua coerência e, por causa disso tudo, só por causa disso, repito, os itens de gramática aparecem (ANTUNES, 2007, p. 138).

Dessa forma, as metodologias dos professores de português devem beneficiar a obtenção do conhecimento da língua e seu funcionamento de forma abrangente, nas quais o texto como objeto de ensino para produção e compreensão de efeitos deve auxiliar no aprimoramento da linguagem na prática comunicativa.

Outro aspecto importante é que “toda ação de linguagem é dialógica; quer dizer, é realizada em conjunto, ou, reciprocamente” (ANTUNES, 2014, p. 18). Nesse caso, por meio das

aulas de Língua Portuguesa os alunos devem se tornar aptos a fazerem as modificações e adequações que o processo interativo exige.

A linguagem, como se sabe, possui a função de externar pensamentos, informar algo, comunicar-se com terceiros, transmitir emoções, etc., e para cada intenção, há uma forma específica de usá-la para que o objetivo seja alcançado com êxito. Assim, “no ensino da língua, nessa perspectiva, é muito mais importante estudar as relações que se constituem entre os sujeitos no momento em que falam do que simplesmente estabelecer classificações e denominar os tipos de sentenças” (GERALDI, 2002, p. 42).

Por conseguinte, as aulas que apresentam como proposta pedagógica essa abordagem contextualizada oportunizará aos discentes a possibilidade de domínio da sua língua/linguagem, cumprindo com um dos objetivos do ensino de acordo com os PCN’s, o qual espera que os alunos sejam capazes de “posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas” (BRASIL, 1998, p. 7).

Dessa forma, a escola, enquanto promotora de ensino, juntamente com os professores, estará, não só ensinando regras, nomenclaturas, conteúdos escolares, etc., mas também contribuindo significativamente na formação de cidadãos capazes de se posicionarem crítico e socialmente com domínio linguístico nos diversos processos comunicativos.

133

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo visou explicar sobre a necessidade de um ensino de gramática de forma reflexiva e contextualizada nas aulas de Língua portuguesa, na busca do aprimoramento da eficiência linguística e interativa dos discentes, discutindo sobre um ensino de gramática na abordagem textual pensando sobre a contribuição dessa metodologia na formação escolar, linguística e social dos estudantes.

Nesse sentido, fazem-se necessárias discussões no intuito de refletir sobre a reconstrução do ensino contextualizado de gramática nas aulas de Língua Portuguesa, pois os professores devem realizar esse ensino de forma que os alunos possam usar os aspectos gramaticais com total domínio no que diz respeito à linguagem (oral e escrita), comunicação e interação, não só no ambiente escolar, mas além, no seu cotidiano.

Os resultados dessa discussão e ancorados em alguns autores prestigiados constata-se a inegável importância da contextualização da gramática dentro do ensino, visando a o aprimoramento linguístico e a compreensão dos alunos da educação básica. Por conseguinte, o texto deve ser utilizado, não como um pretexto para o ensino de gramática, mas como um objeto de ensino, sendo a gramática por sua vez, como um de seus componentes.

Diante do exposto, nota-se que alinhar a prática pedagógica na possibilidade de uma gramática contextualizada possibilitará aos educadores alcançar um ensino mais eficiente no que tange ao ensino de línguas, pois será um meio mais abrangente em se trabalhar todos os pontos normativos requisitados pela norma “padrão”, visando o contexto em que se emprega, e oportunizando a eles a compreensão necessária para a construção da fala, escrita e interação, bem como a interpretação durante o diálogo.

Portanto, acredita-se que com a discussão aqui apreendida, professores e sociedade em geral poderão compreender a importância em não dicotomizar aulas textuais e aulas gramaticais, podendo refletir e repensar suas práticas de um ensino significativo e eficaz na e para a realidade dos seus estudantes.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática Contextualizada: limpando o “pó das ideias simples”**. – 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **Língua, Texto e Ensino: outra escola possível**. – 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Muito Além da Gramática: por ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. – 49ª ed. – Editora Loyola. São Paulo. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa** – 3º e 4º ciclos. Brasília: 1998.

LEITE, Lígia Chiappini de Moraes. Gramática e Literatura: desencontros e esperanças. In João Wanderley Geraldi. **O Texto na Sala de Aula** – Coleção Na Sala de Aula – São Paulo: Editora Ática. 2002.

POSSENTI, Sírio. **Porque (Não) Ensinar Gramática na Escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras. Associação de Leitura no Brasil. 1996. Coleção Leituras no Brasil.

PESSOA, Pedro Márcio Medina. *O Ensino da Gramática Contextualizado*. Web Revista Discursividade. 17º ed. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2015. P. 10. < <http://www.cepad.net.br/discursividade/EDICOES/17/Arquivos/pessoa.pdf> > acesso em: 15 de setembro de 2019.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: Uma Proposta para o Ensino de Gramática** – 14ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gramática: Ensino Plural**. [Livro Eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.